

TODAS AS RESPOSTAS DEVERÃO SER FUNDAMENTADAS, UTILIZADOS APENAS OS ESPAÇOS RESPECTIVOS.

DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Na fase final das tratativas, o proponente desiste de prosseguir nas negociações. Tem o outro peticitante direito à indenização pelas despesas que realizou? Ocorrendo ou não o direito, qual seria a espécie de responsabilidade?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Tendo sido efetuado um contrato de comodato pelo prazo de 10 anos, veio a falecer o comodatário, três anos após o seu início. Seu filho, que com ele residia no imóvel e no qual permaneceu, realizou em seguida benfeitorias visando seu conforto e melhor aproveitamento econômico do bem. Tem ele direito a permanecer no imóvel pelo restante do prazo? Independentemente da solução apresentada, terá direito à retenção?

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

O herdeiro renuncia à herança a favor de outro sucessor, e por este motivo seu patrimônio não é suficiente para saldar uma dívida já vencida. Seu credor poderá ingressar nos autos do inventário dos bens do autor da herança, para receber seu crédito?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

A (consumidor) propõe em face de **B** (fornecedor) ação em que postula indenização decorrente de relação de consumo. Por considerar preenchidos os pressupostos legais, o juiz, de acordo com o art. 6º, inciso VIII, do Código do Consumidor, na sentença, inverte o ônus da prova em favor de **A**, o que é fundamental para a procedência do pedido. Discorra sobre o momento em que deve ocorrer a inversão.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Proferida sentença em ação de consignação em pagamento, o autor requer ao juiz de 1º grau a continuação da realização dos depósitos, para que o Tribunal possa apreciar da sua subsistência no julgamento do recurso. Tal pleito pode ser atendido? Justifique a resposta.

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Recebidos os embargos do devedor opostos pela Fazenda Pública, a partir de que momento pode ser expedido o precatório, em caso de insucesso da embargante? Justifique a resposta.

DIREITO EMPRESARIAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Natureza e conceito do acordo de acionistas.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

J.F. ajuizou execução contra B.N., avalista de uma nota promissória, ensejando interposição por este de embargos à execução, sob a alegação, comprovada, de que ele e os demais partícipes da relação cambiária, J.F. e F.G. (emitente), combinaram que sua obrigação se limitaria a 50% do valor do título.

No seu entender, deve ser acolhida a alegação de B.N. para efeito de redução da execução? Justifique.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Quais os fatos que podem gerar a modificação de competência na execução fiscal?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Caio falece em estado de viúvo, não deixando herdeiros, e somente um testamento cerrado e cosido, no qual lega a Tício todo o seu único patrimônio, um apartamento em Copacabana. Tício é excluído da sucessão do *de cujus* por indignidade, judicialmente declarada. O juízo orfanológico reconhece o bem devolvido à herança como ereptício e declara a vacância sucessória. Na hipótese incide o imposto previsto no art. 155, I da Constituição Federal? Justificando, o candidato deverá abordar o princípio da SAISINE.

DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Esclareça o que entende por "PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE", em Direito Penal.

2ª QUESTÃO:

Capitule os seguintes fatos, com suas agravantes e/ou atenuantes, e explicitando as causas gerais/especiais de aumento/diminuição de penas acaso observáveis:

a) Cinco pessoas - Aquiberto, 32 anos; Benelônio, 71 anos; Cerialdo, 17 anos; Deleutério, 20 anos; e Eustáquio, 39 anos, intitulando-se "AS - Anjos Saneadores", e objetivando promover um "saneamento social" com a "limpeza da cidade" pela eliminação de sua população miserável de rua, em dias diversos de julho e agosto de 2004, matam a pauladas, na calada da noite e quando as vítimas dormiam, 6 pessoas, causando lesões graves em outras 8, das quais 2 vieram a morrer, em datas subseqüentes às agressões, uma delas por infecção hospitalar. Duas das outras vítimas fatais tinham mais de 65 anos de idade, e uma delas tinha menos de 18 anos, além de encontrar-se grávida, no sexto mês de gestação, certo que o feto não sobreviveu. (valor: 3,0 pontos)

b) Durante uma greve de motoristas de ônibus, um deles, Febrônio, na direção de um coletivo da concessionária Império Autoônibus, da linha 176, tenta furar um "piquete" de grevistas. Genifredo, um dos líderes do movimento, arremessa um tijolo contra o coletivo em movimento, o qual, estilhaçando o pára-brisa, vem a atingir mortalmente Helesbino, que se encontrava assentado atrás do banco do motorista. Socorrido imediatamente, sobreviveu, mas com seqüelas sérias, duas desagradáveis cicatrizes em seu rosto. (valor: 2,0 pontos).

(ATENÇÃO: PEDE-SE AO CANDIDATO SE ATER À TIPIFICAÇÃO, SEM EXPLANAÇÕES TEÓRICAS).

3ª QUESTÃO:

a) Esclareça, justificadamente: Porte de arma desmuniçada, de uso permitido, configura crime? Em caso afirmativo, qual? (valor: 2,5 pontos).

b) E a "clonagem" (cópia desautorizada) de placas de veículo automotor, colimando evitar a imposição de multas? (valor: 2,5 pontos).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

No julgamento de Elesbão, o conselho de sentença desclassificou o crime de homicídio tentado para outro da competência do juízo singular, tendo o juiz presidente convertido o julgamento em diligência, a fim de reunir elementos informativos sobre a natureza das lesões corporais. Com a vinda de tais elementos aos autos, o Ministério Público ofereceu aditamento à denúncia, imputando ao réu a prática do crime tipificado no art. 129, § 2º, I, do Código Penal. Faça uma apreciação crítica e fundamentada sobre toda esta situação processual.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Elesbão é rico industrial e vive, há quinze anos, portando em união estável, com Polifênia, que tem uma filha de seu anterior casamento, a qual está com dezessete anos de idade. Elesbão sempre zelou pela filha da companheira, provendo, desde que ela era criança, sobre sua educação e demais necessidades materiais, além de orientá-la moralmente. Entretanto, Elesbão, há dois meses, estuprou a jovem, a qual, desesperada e sem o apoio da mãe, pediu providências à autoridade policial, sendo atendida. Encerradas as investigações, o Ministério Público, convencido da existência de justa causa, propôs a ação penal com total observância do disposto no art. 41 do Código de Processo Penal. Você é o juiz. Profira a decisão que reputar adequada.

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Insatisfeito com a pena aplicada ao réu, o Ministério Público apelou, buscando o seu agravamento. Os desembargadores entenderam que era, na verdade, exagerada, não guardando proporcionalidade com o crime, com suas conseqüências e com a conduta do réu, razão por que a abrandaram e, além disso, verificando que a pena do co-réu igualmente estava desproporcional, também a reduziram. Comente a decisão do segundo grau, levando em consideração que a sentença transitou em julgado para a defesa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Embora aprovado em 6º lugar no concurso vestibular de 2003, para o curso de Desenho Industrial, com 79,75 pontos, ao pretender matricular-se em uma das 36 vagas oferecidas, certo candidato viu-se impedido de fazê-lo por isso que, reservadas pelas Leis de nº 3.524/2000 (50%) e 3.709/2001 (40%), nada menos do que noventa por cento (90%) dessas, aos estudantes egressos da rede de ensino público (50%), ou declaradamente negros ou pardos (40%), apenas 04 (quatro) daquelas vagas inicialmente oferecidas remanesciam em disputa direta.

Pedindo declaração incidental de inconstitucionalidade das leis em questão, o candidato aforou mandado de segurança, impugnado pela autoridade apontada como coatora ao argumento de que as leis em questão, autênticas ações afirmativas, apenas cumpriam a Constituição, dando-lhe efetividade ao princípio da isonomia.

Deve o juiz acolher-lhe o pleito?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Tendo levado a registro policial a agressão de que fora vítima, perpetrada por seu companheiro, viu Maria publicado na imprensa local o fato objeto do registro. Tendo por violado o direito à intimidade de sua vida de casal, em face da repercussão da notícia junto a seus vizinhos, filhos e demais familiares, intentou ação, objetivando a reparação de danos morais ao escopo de vê-los compostos a partir de indenização em dinheiro. Tanto que citado, o órgão da imprensa não titubeou em afirmar a veracidade do fato, recolhido, ademais, de registro público e reportado sem quaisquer apreciações de sua parte, propugnando pela improcedência do pedido à vista de seu direito constitucional de dá-lo à publicação.

Procede a pretensão? Por que?

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Um veículo particular colidiu com um cavalo que escapara da fazenda de seu proprietário e, subitamente, atravessava a pista de uma rodovia interestadual, em ponto situado na divisa do Estado do Rio de Janeiro. Resultaram do acidente a morte do motorista e lesões graves nos demais passageiros, cujos familiares ajuizaram, na Justiça Comum, ação de responsabilidade civil, almejando a reparação de danos materiais e morais. Estabelecido que se trata de rodovia federal, sujeita à fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (órgão subordinado ao Ministério da Justiça), mas que teve delegada a uma concessionária privada, mediante licitação e contrato celebrado com o DNER (autarquia vinculada à Administração federal indireta), a prestação da respectiva execução dos serviços públicos de sua manutenção e exploração, esclareça, fundamentadamente, em face das normas legais de regência do tema, quem está legitimado para responder à demanda reparatória - a União, ou a Polícia Rodoviária Federal, ou o DNER, ou o Estado do Rio de Janeiro, ou a Concessionária, ou o dono do animal, ou todos em litisconsórcio passivo necessário?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Secretaria municipal de ação social administra programa por meio do qual encaminha a empresas, que oferecem vagas em seus quadros, pessoas que procuram colocação no mercado de trabalho. Em um desses encaminhamentos, certa empresa cobrou do desempregado uma "taxa de verificação de dados pessoais" e, a seguir, fechou o escritório de atendimento. Investigação policial veio a comprovar que se tratava de empresa-fantasma, com vários golpes do gênero aplicados em outras cidades. A vítima acionou o Município, dele exigindo a reparação de danos materiais e morais. O ente público sustenta não haver nexo de causalidade entre os danos e a atuação do programa oficial, no qual a mencionada empresa se cadastrara regularmente, daí que também o Município era vítima do logro, não podendo responder por ato de terceiro. Procede o pedido? Por quê?